



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXX — Nº 81

TERÇA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 1975

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 107ª SESSÃO CONJUNTA, EM 18 DE AGOSTO DE 1975

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Artigo publicado no jornal *Esquina*, órgão do curso de Comunicações do CEUB, sob o título: "Ilha Solteira mexe o Brasil".

DEPUTADO NOSSER ALMEIDA — Transferência da Superintendência da Borracha para a Amazônia.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Apelo ao Ministro da Educação em favor dos alunos mais necessitados.

DEPUTADO ADHEMAR GHISI — Significado da assinatura do acordo de acionista e do contrato de subscrição de ações da Investimentos Brasileiros S/A — IBRASA com a ALUSUD — Alumínio S.A.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Lançamento do novo suplemento do *Correio Braziliense*, denominado "Anexo".

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

1.3.1 — Leitura de proposta de emenda à Constituição

Nº 19/75, que dispõe sobre a aposentadoria dos professores sob os regimes estatutário e da Consolidação das Leis do Trabalho aos vinte e cinco anos de serviço, acrescentando parágrafo ao art. 101 e alínea ao art. 165 do texto constitucional.

1.3.2 — Designação da Comissão Mista. Fixação de calendário para tramitação da matéria.

1.4 — ENCERRAMENTO

ATA DA 107ª SESSÃO CONJUNTA, EM 18 DE AGOSTO DE 1975

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. MAGALHÃES PINTO

Às 18 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores.

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guimard — Evandro Carreira — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Jessé Freire — Domicio Gondim — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Ruy Santos — Eurico Rezende — João Calmon — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Otair Becker — Daniel Krieger.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL****Seção II**

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER
Diretor da Divisão Industrial

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00
Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00
Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

Ceará

Antonio Morais — MDB; Claudino Sales — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Ney Lopes — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Petrônio Figueiredo — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Sérgio Murillo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Pasos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy

Magalhães — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Vieira Lima — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Dasso Coimbra — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Erasmo Martins Pedro — MDB; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekél Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Sally — ARENA; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Lysâneas Maciel — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB.

Minas Gerais

Altair Chagas — ARENA; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonsêca — MDB; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; José Machado — ARENA; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

A.H. Cunha Bueno — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Antonio

Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Francisco Amaral — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; João Cunha — MDB; Joaquim Bevilacqua — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Marcelo Gato — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Santilli Sobrinho — MDB; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB.

Goiás

Adhemar Santilo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Juarez Bernardes — MDB; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ari Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverton Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Valmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 46 Srs. Senadores e 284 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (MDB-RS) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Brasil está efetivamente estudando passos no setor da produção e distribuição de energia elétrica. Já estão as grandes usinas de

Paulo Afonso, Três Marias, Urubupungá, Passo do Real, Jacuí, Itaipu e outras. Merece destaque o grandioso empreendimento da Ilha Solteira. Ainda agora, o jornal *Esquina*, órgão do Curso de Comunicações do CEUB, acaba de divulgar notável artigo, da autoria de Eduardo A. Marinho, tratando da importante obra. É o seguinte:

Ilha Solteira mexe o Brasil

Com potência instalada de 3.200.000 kw, Ilha Solteira será a maior hidrelétrica do Brasil, depois de Itaipu, e uma das maiores do mundo. E formará com a Usina de Jupia (1.400.000 kw) o complexo de Urubupungá, o maior sistema hidrelétrico do Hemisfério Sul, com um total instalado de 4.000.000 kw.

Ilha Solteira está localizada no rio Paraná, divisa dos Estados de São Paulo e Mato Grosso, nas proximidades da foz do rio São José de Dourados, a 30 km da cidade paulista de Pereira Barreto e a 60 km a montante da usina de Jupia, noroeste do Estado de São Paulo.

A região sudeste, onde está localizada Ilha Solteira, abrange mais de um milhão de km² e uma população de cerca de 45 milhões de habitantes, que concorre com 60% do PNB; 78% da produção industrial nacional e 42% da produção agropecuária. Particularmente, alguns volumes impressionam e definem bem a grandiosidade da obra. Exemplificando:

O consumo total de concreto para a construção da barragem e subestação calculado em 3.675.650m³, daria para erguer a estrutura de 1.700 edifícios de 37 andares.

Seu reservatório forma um lago e armazena 21.166.000.000m³ de água, volume 5 a 6 vezes maior que o da Baía da Guanabara.

O volume de terraplenagem executado seria suficiente para encher de terra o estádio do Morumbi (São Paulo) 8 vezes.

— 20 grupos de hidrogeradores com capacidade de 160.000 kw cada grupo. Cada hidrogerador produz por hora energia elétrica suficiente para uma lâmpada de 100 watts iluminar durante mais de seis anos.

— Para alojar todo o pessoal empregado na obra, cerca de 13.500 homens e suas famílias, foi construída nas proximidades da barragem uma cidade com toda a infra-estrutura de uma moderna comunidade: águas, esgotos, ruas pavimentadas, hospitais e escolas. A população da cidade Ilha Solteira já atinge mais de 35.000 habitantes.

A HISTÓRIA DE ILHA SOLTEIRA

A história de Ilha Solteira, como de todo o complexo de Urubupungá, começou com a criação da CIBPU — Comissão Interestadual da Bacia Paraná—Uruguai, onde se reuniram os estados de Minas Gerais, Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás, com a finalidade de estudar o desenvolvimento energético da região. Surgiu assim o primeiro plano de aproveitamento total do Alto Paraná.

Em 1955, no mês de janeiro, foi dado o primeiro passo efetivo quando a CIBPU encomendou à Societá Edison (Milão-Itália) um estudo de aproveitamento das quedas de Urubupungá. Após estudos e anteprojetos, em 1960 a sociedade italiana apresentou um projeto final no qual propunha a construção de duas usinas: — Jupia e Ilha Solteira.

Meses mais tarde, em janeiro de 1961, era criada pelo Governo do Estado de São Paulo a CELUSA — Centrais Elétricas de Urubupungá S.A., com a responsabilidade de cuidar das obras.

Hoje, passados 14 anos daquele primeiro início, 10 unidades geradoras já estão em pleno funcionamento, e a 11ª, aguarda pouco para entrar em operação. Mais duas já estão

em fase final de montagem, e as restantes continuam com sua construção em ritmo acelerado.

ETAPAS DE CONSTRUÇÃO

A construção de Ilha Solteira pode ser dividida em quatro etapas distintas.

Na primeira construiu-se a ensecadeira para a execução de estruturas de concreto para a casa de força e tomada d'água. Paralelamente às construções destas estruturas de concreto foram construídas as barragens de terra das margens direita e esquerda, além de atacados os trabalhos de escavação para a implantação dos vertedouros.

Posteriormente, em sua segunda etapa, construiu-se o complemento da ensecadeira abrangendo somente a área do vertedouro, abertura da ensecadeira da área da casa de força e construção da ensecadeira na área do canal do rio. Após a construção destas ensecadeiras foi feita a construção do vertedouro e compactação da barragem no trecho do canal.

Concluída a construção das principais estruturas do vertedouro, concluída a construção da bacia de dissipação e atingida a cota de 318 metros na barragem de terra iniciou-se o preenchimento do reservatório até a cota de 316 metros, que garante a geração de energia dos primeiros grupos.

Em sua última etapa, foram construídos 3 vertedouros e as barragens de terra de ambas as margens, procedendo-se o enchimento do reservatório até a sua cota normal, isto é, 328 metros.

CARACTERÍSTICAS

Vazões:

— máxima capacidade de escoamento da usina 40.000 m³/s.

— média anual 5.380 m³/s.

Altura da queda bruta normal 47,00 m.

Comprimento total:

— barragem de terra — margem direita 3.460 m.

— barragem de terra — margem esquerda 1.796 m.

— casa de força 628 m.

— vertedouro 355 m

Dimensões:

— Barragem de terra — margem direita

altura máxima a 52 m

largura máxima na base de 330 m

largura no coroamento 11 m

— Barragem de terra — margem esquerda

altura máxima 52 m

largura máxima na base 233 m

largura no coroamento 11 m

Tomada d'água (altura) 76 m

Casa de força (altura) 40 m.

Era o que desejava focalizar com a minha presença nesta tribuna, Sr. Presidente. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nasser Almeida.

O SR. NOSSER ALMEIDA (ARENA—AC) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A transferência das sedes dos organismos de desenvolvimento regionais para as suas respectivas áreas de atuação é assunto de que sempre nos ocupamos nesta tribuna, por entendermos que é esta a melhor forma de administrar, em contato direto com os seus problemas.

É o caso, Sr. Presidente, da Superintendência da Borracha, criada para tratar de assuntos relacionados com o fomento à produção e comercialização do produto, que ainda permanece no Rio de Janeiro, distanciada de suas finalidades maiores. Inúmeros pronunciamentos já foram feitos nesta Casa sobre o assunto e, particularmente, tivemos oportunidade de defender sua imediata transferência

para a Região Amazônica, com sede em Rio Branco, capital do meu Estado.

Posteriormente, veio o eminente Senador José Esteves, nosso companheiro de ARENA, do Amazonas, através de projeto de lei, pleitear a transferência da sede do órgão para Manaus, justificando a sua proposição com o fato de "não se poder admitir mais que sendo Manaus o centro geográfico da Amazônia e na mesma região dos Estados e Territórios de maior produção de borracha, continue a Superintendência da Borracha com a sua sede no Rio de Janeiro, principalmente, porque, hoje, a Capital do Brasil é Brasília". Diz, ainda, a justificação do Senador José Esteves:

"A medida que propomos, além de absolutamente compatível com as finalidades do órgão encarregado de executar a Política Econômica da Borracha, é consentânea com as diretrizes atuais da Nação, que visam dar à Amazônia a dimensão econômico-social que possibilite a sua definitiva integração ao resto do País."

Fazemos nossas, Sr. Presidente, as intenções do ilustre Senador, pois não entendemos como a sede desse órgão ainda permaneça tão distante da sua área de atuação. O próprio Governo Federal, através dos seus Ministérios tem procurado promover essa integração que ainda não foi compreendida pelos dirigentes da Superintendência da Borracha. Nossa idéia é a de que ela fosse transferida para o Acre. Mas, isto não sendo possível, em Manaus estará menos distante dos problemas regionais.

Era o que tínhamos, para a oportunidade. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB—RJ) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Anunciando o Governo medidas tendentes a facilitar o acesso às escolas de nível universitário, de alunos carentes ou de limitados recursos financeiros, não se compreende que Universidades e Fundações da Região do Grande Rio, contrariando normas legais, aumentem desmesuradamente as anuidades escolares, atingindo, em algumas, 200% sobre os preços do ano passado.

Sr. Presidente, as autoridades responsáveis pela política desinflacionária precisam não só disciplinar os preços de forma ordenada, mas também fiscalizar a sua execução.

Para cada setor, há uma autoridade competente, com poderes para agir em consonância com o interesse popular.

É o caso do Ministro da Educação e Cultura, que não pode omitir-se diante da gravidade do problema, conforme se constata da reportagem que passo a ler, para que conste dos Anais do Congresso Nacional:

"Aprovada pelo Conselho Federal de Educação em acordo com o Conselho Interministerial de Preços, a taxa de 30% de aumento máximo permitido para as anuidades escolares, entretanto, vem sendo desrespeitada, e a majoração dos preços pode variar de 33% (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), a 40% (Fundação Técnico-Educacional Souza Marques) ou até 200% (Universidade Federal Fluminense).

Também a PUC e a Gama Filho estão cobrando além da tabela, e somente agora, terminado o primeiro período do ano letivo, os alunos começam a apresentar seus protestos, esperando que o Conselho Federal de Educação faça cumprir suas determinações. Como o problema envolve também a política econômica do Governo de combate à inflação, os estudantes querem apelar até para o Ministério da Fazenda.

Contradição

A cobrança de anuidades em estabelecimentos de ensino de todos os níveis, freqüentemente contradiz os pareceres do Conselho Federal de Educação. O Parecer nº 35 determina

que, ao calcular as anuidades, as escolas incluíam todas as despesas que os estudantes têm de fazer por imposição do currículo, como uso de laboratórios, provas, estágios e também primeiras vias de documentos.

Mas não é o que acontece em muitos cursos, como por exemplo, conforme apontam os estudantes, na Faculdade de Direito Cândido Mendes, onde se cobra uma taxa extra de Cr\$ 30,00 para o estágio no escritório-modelo, mantido pela própria Faculdade. A venda de apostilas é comum nas universidades e, principalmente, nos cursos livres preparatórios ao vestibular, mas também é definitivamente proibida pelo Artigo 19 da Deliberação Número 1, do Conselho Estadual de Educação.

Aumentos

Agora é que os estudantes estão tomando conhecimento da tabela de aumentos do Conselho Federal de Educação, e por isso somente ao final do semestre estão aparecendo as denúncias. Todos os problemas encaminhados aos conselheiros serão examinados do ponto de vista da legislação em vigor e de suas exceções. É muito possível que os cursos vão solicitar consideração especial para seus aumentos, sob a alegação de excepcionalidade.

Esta excepcionalidade, que o Conselho Federal de Educação caracteriza como "dificuldades financeiras" ou "grandes investimentos para a melhoria do ensino", muitas vezes tem a força de regra e justifica aumentos especiais. Para os estudantes, porém, o aprimoramento da qualidade do ensino nunca é sentida na mesma proporção dos aumentos das anuidades que lhes são cobradas.

A Universidade Federal Fluminense é o exemplo mais destacado de aumentos excepcionais. Dos Cr\$ 50,00 de anuidade pagos ano passado pelos seus alunos, o preço subiu para Cr\$ 150,00 este ano, acrescido de diversas taxas extras, como uma de Cr\$ 112,00 por um certificado de conclusão de curso e outra, de Cr\$ 7,00 por folha de currículo. Segundo os alunos, o problema não é a Universidade estar cobrando estas taxas atualmente, e sim os aumentos gradativos que vão eliminando o ensino gratuito sem que tenha sido estabelecido um critério para a concessão de bolsas de estudo aos alunos carentes.

Exemplos

Um exemplo disto está na Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UERJ — que começou a cobrar anuidade em 1970, e que, até agora, cinco anos depois, já foram aumentadas em 865%. Hoje, um estudante do curso de Medicina da UERJ está pagando, na primeira série, uma anuidade de Cr\$ 974,00, 33% a mais do que ano passado. Embora oficialmente exista a possibilidade de isenção de taxas para os estudantes com menos recursos, de ano para ano vão diminuindo os beneficiados.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, os aumentos de anuidades também estão assustando os estudantes. Segundo eles, a Universidade, está tentando transferir para os alunos os custos da manutenção dos cursos. Assim, de 1966 até 1972 (antes não se cobrava nada), pagava-se Cr\$ 28,00 de matrícula. Em 1972, passou a ser cobrado Cr\$ 120,00; em 1973, Cr\$ 230,00; e este ano, Cr\$ 420,00, aí incluídas as taxas de matrícula, inscrição por disciplina e Educação Física. Além disto, uma declaração de matrícula custa Cr\$ 15,00 e uma rematrícula Cr\$ 300,00.

Anuidades

O Parecer do Conselho Federal de Educação fixando o aumento das anuidades em 30% para este ano, em muitos

casos virou "letra morta". Na Fundação Técnica Educacional Souza Marques, o aumento para os estudantes do curso de Física foi 40%. Na Universidade Gama Filho chegou a 39% e na PUC a 33%.

Na Faculdade de Direito Cândido Mendes a situação criada com os aumentos chegou a ser, no mínimo, curiosa. Aumentados em 41,85%, os estudantes teriam que pagar este ano Cr\$ 300,00 de mensalidade, contra Cr\$ 210,00 do ano passado. Aqueles que sabiam da tabela do Conselho protestaram e tiveram suas mensalidades reduzidas para Cr\$ 228,68, mantendo-se dentro dos 30% permitidos. Agora, entretanto, a direção da Faculdade voltou atrás e está intimado a todos a pagar a partir de julho os Cr\$ 300,00 anteriormente fixados.

De acordo com a Deliberação nº 1 do Conselho Estadual de Educação, os estabelecimentos de ensino estão autorizados a cobrar, além das anuidades, multas pelo atraso no pagamento das mensalidades (10% do valor da dívida) e pela segunda chamada de provas (até 10% do salário mínimo). Documentos em primeira via, provas e apostilas não podem ser cobrados. Como punição, o Conselho Federal de Educação prevê, para os casos em que forem constatadas arbitrariedades, a devolução aos alunos da quantia que foi cobrada a mais, e ainda pode proibir a realização de vestibulares. JB — 21-6-75

Este, Sr. Presidente, o registro que desejava fazer ao ensejo desta sessão do Congresso Nacional. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adhemar Ghisi.

O SR. ADHEMAR GHISI (ARENA—SC) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A assinatura do acordo de acionista e do contrato de subscrição de ações da INVESTIMENTOS BRASILEIROS S/A — IBRASA com a ALUSUD — Alúmino do Sul S.A., no Rio de Janeiro, há algumas semanas, foi o corolário natural da exemplar organização que os Diretores da nova empresa de Tubarão, SC, imprimiram à nova produtora de alumínio, cujo investimento total é da ordem de 60 milhões de cruzeiros, com recursos originários do próprio grupo, do BNDE, da IBRASA e do FUNDESC. Tamaña é a importância que os organismos financeiros oficiais estão emprestando à ALUSUD, Srs. Parlamentares, que seu projeto foi o primeiro, em todo o País, a merecer a aprovação da IBRASA, que é subsidiária do BNDE.

Esta foi uma das respostas que o povo e os empresários de Tubarão souberam dar, após a catástrofe do ano passado, que quase riscou do mapa essa cidade catarinense, Senhor Presidente. Forjados de tempera invencível, os pró-homens de Tubarão decidiram que ainda não era hora de parar, e se lançaram à obra de reconstrução da histórica cidade sulina. Uma das primeiras grandes realizações nesse sentido é a ALUSUD, Alúmino do Sul S.A.

Adquirindo à vista sete milhões de ações preferenciais tipo A e B do capital da ALUSUD, numa operação que atingirá em futuro breve o total de nove milhões de ações, de igual valor em cruzeiros, operação essa que corresponde a 25% do capital da ALUSUD, a IBRASA confirma, Sr. Presidente, o alto interesse que esse empreendimento vem despertando, pelas condições de rentabilidade e segurança que o projeto apresenta, nos meios investidores. Pelo rigor incontestável na seleção das empresas a que se associa, a IBRASA deu pela primeira vez a uma empresa ainda em fase de implantação um tal voto de confiança, ao subscrever esse montante de ações da ALUSUD.

Um dos fortes argumentos que trabalharam em favor da ALUSUD, Srs. Congressistas, foi a qualidade do Grupo Empreendedor, composto pelos seguintes empresários:

— José Gnaspini, engenheiro mecânico é uma das mais conceituadas autoridades em extrusão de alumínio no Brasil.

— Adalberto José Ramos Campelli, engenheiro mecânico, mestre de engenharia industrial e consultor em finanças de empresas;

— Décio Ulysses Maracini, engenheiro metalurgista e administrador;

— Antônio Paulo Brognoli, engenheiro metalurgista e empresário industrial;

— Jaime Antunes Teixeira, engenheiro eletricitista, mecânico e civil, Diretor de uma das mais experientes construtoras de Santa Catarina, e

— Cláudio Marcos Sylvestre, engenheiro mecânico e industrial.

Outra razão decisiva que contribuiu para aumentar a confiança da IBRASA no projeto da ALUSUD, Senhores Congressistas, foi a de que as indústrias de perfis extrudados de alumínio, como essa, incluem-se no amplo setor de infra-estrutura de materiais imprescindíveis ao desenvolvimento das indústrias básicas do programa consubstanciado no II Plano Nacional de Desenvolvimento, uma vez que se constitui em um semimanufaturado necessário a um número cada vez maior de atividades econômicas que interessam, especificamente, à segurança nacional, através da fabricação de componentes de foguetes e aletas direcionais, munições e integrantes de armamentos.

Ainda em fase de instalação, já está, entretanto, a ALUSUD com as obras civis em adiantado estágio e com a maioria dos equipamentos industriais já comprados, muitos dos quais já entregues. Esse projeto, que conta também com a colaboração financeira do BNDE, foi considerado pelo Governo como de relevante interesse para o Estado de Santa Catarina, que assume, assim, posição de destaque entre os Estados mais beneficiados pela IBRASA.

Congratulo-me, pois, com o povo de Santa Catarina e com os empresários de nosso Estado por mais esse grande empreendimento, que coloca nossa economia muitos passos à frente, deslançando para a industrialização total. Era o que tinha para dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA—RJ) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Srs. Congressistas:

O hábito diário de acompanhar o meu "café da manhã" com a leitura do *Correio Braziliense* e os demais jornais de Brasília, aumentou de forma extraordinária neste último domingo quando, em minhas mãos surgiram as páginas vibrantes de "ANEXO", "analisando e interpretando os fatos políticos e econômicos, tentando ocupar o espaço cultural vazio, entrando em contato com os índios através da visão antropológica, vendo a influência do nu no abstracionismo, e dando vez aos poetas de vanguarda, quase todos ainda inéditos".

E o *Correio Braziliense* se fez mais nosso, justificando o anseio com que todos lhe buscam as páginas, no dia-a-dia da Capital e do País.

Quero, Senhor Presidente, saudar este esforço da direção do importante matutino brasileiro, lançando um suplemento dominical que se destina a ser importante sobre todos os aspectos, mantida a linha de sua inspiração, motivando movimentos culturais e reclamando o preenchimento deste espaço vazio em nossa Capital, simbolizado nas obras paralisadas do "Espaço Cultural".

Miriam Martins Macedo como que a desafiar as obras que estão paradas, pergunta em tom de desafio: "Vamos ocupar este espaço?" E desta tribuna do povo posso dizer aos meus ilustres pares que, enquanto o "Espaço Cultural" não é ocupado, vamos nos contentar — com muito contentamento — nas páginas de ANEXO. O "espaço" já não está tão vazio. Temos o "Anexo" do *Correio Braziliense*.

E nesta primeira amostragem, fomos levados ao encontro de jovens poetas, da sensibilidade de Gilberto Gil e ao calor da arte plásti-

ca, representada no abstracionismo de Emi Mori. Descobrimos nos desenhos de Lopes como a arte pode interpretar as situações mais diversas da vida, ilustrando os arrepios de um chefe de família ante os gastos exagerados de sua consorte e as apreensões da humanidade no setor econômico, quando da criação de "um novo critério para os produtos básicos" e "a estratégia do preço do petróleo".

Helena Queiroz e Antonio Dorgivam nos colocaram diante de um dos mais sérios problemas sociais, o menor abandonado — "uma criança infeliz".

Saúdo, Senhor Presidente, o novo suplemento do *Correio Braziliense* e registro nos anais desta Casa o seu lançamento, junto a edição do dia 17 de agosto de 1975, um domingo em que Brasília viveu mais perto da realidade cultural brasileira e brasiliense, sem tantos espaços vazios. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, neste Plenário, destinada à votação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 11 e 12, de 1975.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Atendendo à finalidade da presente sessão, o Sr. 1º-Secretário procederá à leitura da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 1975.

É lida a seguinte.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 1975

Dispõe sobre a aposentadoria dos Professores sob os regimes estatutário e da Consolidação das Leis do Trabalho aos vinte e cinco anos de serviço, acrescentando parágrafo ao art. 101 e alínea ao art. 165 do texto constitucional.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

"Art. 1º É acrescentado ao art. 101 o seguinte parágrafo:

"§ 2º Os Professores poderão aposentar-se voluntariamente após vinte e cinco anos de serviço, com proventos integrais".

Art. 2º É transformado em § 1º o Parágrafo único do art. 101.

Art. 3º O inciso XX do art. 165 passa a ter a seguinte redação:

"XX — Aposentadoria para os professores, aos vinte e cinco anos de trabalho, com salário integral".

Art. 4º É renumerado para XXI o inciso XX do texto constitucional."

Justificação

O intento de aposentar, voluntariamente, o Professor, aos vinte e cinco anos de serviço, foi motivo, em 1973, de Projeto de Lei Complementar de origem do Poder Executivo, que estabelecia, nos termos do art. 103 da Constituição Federal, casos de aposentadoria compulsória e voluntária.

Disponha o art. 3º do Projeto de Lei Complementar:

"Art. 3º Será aposentado, voluntariamente, com proventos integrais:

III — Após vinte e cinco anos de serviço, o ocupante de cargo que envolva atividade estritamente policial, o

professor, o taquígrafo de debates ou de revisão e o funcionário que trabalhe na fabricação ou manipulação de pólvoras e explosivos, desde que contem pelo menos vinte anos de exercício nessas atividades."

A Exposição de Motivos (nº 1.034/73) fazia referência à aposentadoria dos Professores, estatutários ou celetista, aos vinte e cinco anos de serviço ou trabalho, com proventos ou salário integrais.

Nosso objetivo é, retomando a matéria, dispor sobre a aposentadoria dos Professores, estatutários ou celetista, aos vinte e cinco anos de serviço ou trabalho, com proventos ou salário integrais.

O primeiro acréscimo é feito ao art. 101 da Constituição Federal, incluído na Seção dos Funcionários Públicos, que passa a ser acrescido de um parágrafo dirigido aos Professores sob regime estatutário: passam a aposentar-se, voluntariamente, após vinte e cinco anos de serviço, com proventos integrais. O segundo acréscimo é feito ao art. 165, incluído no Título Da Ordem Econômica e Social, que passa a ser acrescido de inciso dirigido aos Professores sob regime de Consolidação das Leis do Trabalho: passam a aposentar-se aos vinte e cinco anos de serviço, com salário integral. As outras modificações são decorrentes destas principais.

Acreditamos que, desta forma, fica o universo do professorado brasileiro abrangido pelo remédio legal, o que consideramos medida de justiça social, pelo verdadeiro sacerdócio exercido por estes profissionais.

Sala das Sessões, 11 de junho de 1975. — **Álvaro Dias** — Gamaliel Galvão — Milton Steinbruch — Figueiredo Correia — Antônio Moraes — Luiz Henrique — José Thomé — Nabor Junlor — Mário Moreira — Osvaldo Lima — Santilli Sobrinho — Otávio Ceccato — Antonio Belinatti — Emanuel Weissmann — Roberto Carvalho — Jarbas Vasconcellos — Rosa Flores — Moreira Franco — Lincoln Grillo — Adhemar Santilo — Eloy Lenzi — Marcelo Medeiros — Nadyr Rossetti — Fernando Gama — Ário Theodoro — Celso Barros — Lidovino Fanton — Paulo Marques — Odacir Klein — Freitas Nobre — Antonio Pontes — José Maurício — Walber Guimarães — Fernando Cunha — Theodoro Mendes — Fernando Coelho — Sergio Murillo — JG de Araújo Jorge — Jorge Marques — Frederico Brandão — João Cunha — Airton Sandoval — Cotta Barbosa — Sebastião Rodrigues — Hélio de Almeida — Peixoto Filho — João Gilberto — Airton Soares — Antonio Carlos — Noide Cerqueira — Edgar Martins — Guaçu Piteri — Jerônimo Santana —

Magnus Guimarães — Joel Ferreira — Rubem Dourado — Marcelo Gato — Alceu Collares — Jader Barbalho — Francisco Libardoni — Alexandre Machado — Nelson Maculan — Aldo Fagundes — Fernando Lyra — Lauro Rodrigues — Aurélio Campos — Jairo Brum — Francisco Amaral — Marcondes Gadelha — Antonio Annibelli — Getúlio Dias — Osvaldo Buskei — José Costa — Juarez Batista — Argilano Dario — Henrique Cardoso — Francisco Studart — Gomes do Amaral — Valmor de Luca — Olivir Gabardo — Pedro Lauro — Lysâneas Maciel — Yasunori Kunigo — Erasmo Martins Pedro — Antonio José — Alcir Pimenta — Aloizio Santos — Jorge Paulo — Ernesto de Marco — Tancredo Neves — Daniel Silva — José Mandelli — Adalberto Camargo — Humberto Lucena — Walter Silva — José Bonifácio Neto — Eptácio Cafeteira — Israel Dias-Novae — Joaquim Bevilacqua — Octacílio Almeida — Ney Ferreira — Amaury Müller — Alencar Furtado — Tarcisio Delgado — Silvio Abreu Junior — Aluizio Paraguassu — Marcos Tito — Genervino Fonseca — Henrique Alves — Jorge Moura — Henrique Cardoso — Iturival Nascimento — Nelson Thibau — Joel Lima — Leonidas Sampaio — Expedito Zanotti — Jorge Arbage — Padre Nobre — Brígido Tinoco — Francisco Rocha — José Camargo — Abdon Gonçalves.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — De acordo com as indicações das Lideranças, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Pela Aliança Renovadora Nacional — Senadores Cattete Pinheiro, Renato Franco, Virgílio Távora, Augusto Franco, Ruy Santos, Osires Teixeira, Mendes Canale, Lenoir Vargas e Deputados João Clímaco, Fernando Magalhães, Sínval Boaventura, Sérgio Cardoso de Almeida, Jarmund Nasser e Benedito Canellas.

Pelo Movimento Democrático Brasileiro — Senadores Gilvan Rocha, Leite Chaves, Orestes Quêrcia e Deputados Álvaro Dias, Octacílio Almeida, Eloy Lenzi, Daniel Silva e Adhemar Santilo.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A Comissão, nos termos do artigo 74 do Regimento Comum, terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar o parecer.

De acordo com o artigo 75 do Regimento Comum, perante a Comissão Mista, poderão ser apresentadas emendas, com a assinatura, no mínimo, de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Nada mais havendo que tratar, encerro a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 45 minutos.)

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 050